



RECIFE, 17 A 22 DE ABRIL DE 2016

11° SEMINÁRIO DOCOMOMO_BR
O CAMPO AMPLIADO DO MOVIMENTO MODERNO

DOCOMOMO.ORG.BR/SEMINARIO2016

do.co.mo.mo_br

O LUGAR DOS CONCURSOS NA PROPAGANDA DA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA: REGISTROS E ANÁLISES DAS REVISTAS ACRÓPOLE E MÓDULO ENTRE 1955 E 1965.

*THE ROLE OF COMPETITIONS FOR THE BRAZILIAN MODERN ARCHITECTURE
PROPAGANDA: FACTS AND ANALYSIS FROM ACRÓPOLE AND MÓDULO MAGAZINES
BETWEEN 1955 AND 1965.*

Fabiano José Arcadio Sobreira

Arquiteto e Urbanista, Câmara dos Deputados. Professor, Centro Universitário de Brasília.

Editor, concursosdeprojeto.org

fabiano@mgs.arq.br

Paulo Victor Borges Ribeiro

Arquiteto e Urbanista. Mestrando, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU-UnB)

paulovbribeiro@gmail.com

Resumo

Este artigo corresponde à primeira parte da pesquisa que tem como objetivo o registro e a análise do lugar (alcance e limitações) dos concursos de projeto como instrumentos de propaganda da Arquitetura Moderna no Brasil, a partir da leitura comparativa de duas importantes revistas do período moderno: Acrópole e Módulo, entre 1955 e 1965. As particularidades não apenas regionais, mas em especial resultantes dos respectivos perfis editoriais, revelam distinções importantes na abordagem do tema “concursos” em cada uma dessas publicações. Desse recorte temporal serão apresentados registros e análises dos principais textos e projetos (materializados ou não) que direta ou indiretamente estão relacionados ao tema concursos de projeto. Este trabalho é apresentado como uma leitura cronológica dos acontecimentos, a partir de três perspectivas complementares e simultâneas: (1) o discurso sobre o concurso; (2) projetos premiados e conflitos de julgamento; (3) convergências e divergências editoriais e seu contexto político.

Palavras-chave: concursos, revistas, arquitetura moderna brasileira

Abstract

This paper is related to the first part of a research whose purpose is to register and analyse the role (possibilities and limitations) of design competitions as tools for the Brazilian Modern Architecture propaganda, from the perspective of comparative analyses of two important Brazilian magazines from the modern period: Acrópole and Módulo, between 1955 and 1965. The particularities of each magazine – not only related to their regional perspectives but also associated to their editorial approaches – reveal important differences on the way they are related to the issue “competitions”. From such period (1955-1965) one intends to present facts and analysis of the main notes, papers and projects (built or not) which directly or not are related to the theme. This paper is presented as a chronological analytical report of facts and events, from three complementary and simultaneous perspectives: (1) the ideas and opinions on competitions; (2) winning designs and judgement conflicts; (3) editorial convergences and divergences and their political context.

Keywords: competitions, magazines, brazilian modern architecture



1 CONCURSOS E ARQUITETURA MODERNA: CONTROVÉRSIAS

Os concursos são historicamente apresentados como instrumentos preferenciais para a promoção da qualidade na arquitetura, por priorizarem o julgamento do projeto acima de outros critérios - como experiência, reconhecimento público ou valor da prestação do serviço (SOBREIRA, 2010; 2013; 2014). Além disso, também está associado à necessidade de afirmação da profissão e de ideias de determinado grupo, em determinado recorte de tempo e espaço (CHUPIN et al, 2015). Trata-se, por princípio, de uma confrontação de ideias, baseada em julgamento qualitativo, em uma arena pública e democrática. Porém, as qualidades que permitem destacar o concurso de Arquitetura como instrumento preferencial ou obrigatório em diversos países e épocas não o isentam das tensões e conflitos de interesse inerentes à própria disciplina. As controvérsias em torno do julgamento qualitativo dos projetos são tão antigas quanto a própria existência do verbete “concursos” nas enciclopédias de Arquitetura (QUINCY, 1801).

Este artigo, na busca por identificar e interpretar possíveis relações e limites entre o concurso e a Arquitetura Moderna no Brasil, se limitará a abordar as principais discussões em torno da regulamentação dos concursos públicos de Arquitetura no período, que estão diretamente relacionadas às controvérsias e os principais conflitos de julgamento decorrentes desses eventos. A catalogação detalhada dos concursos realizados no período não é objetivo deste trabalho, uma vez que já foi objeto de importantes pesquisas aqui referenciadas (FLYNN, 2000; DEDECCA, 2012). A fim de melhor entender os eventos e conflitos apresentados no recorte temporal proposto neste artigo (1955-1965), alguns antecedentes são destacados a seguir.

Nas primeiras décadas do século XX, uma das principais confrontações do então emergente Movimento Moderno contra as posturas conservadoras do neoclassicismo ocorreu em situação de concurso. Ao contrário do que em geral se espera do instrumento, naquele caso a inovação não venceu. Trata-se do concurso para a Sede da Sociedade das Nações em Genebra, na Suíça, realizado em 1926 e que atraiu 377 arquitetos. O júri não indicou projetos vencedores. O projeto de Le Corbusier, que evidenciava a emergente arquitetura moderna, não foi considerado pelo júri e a encomenda foi posteriormente atribuída a uma equipe de arquitetos que representava o espírito das “Belas Artes”, em detrimento do “Moderno”.

Fato semelhante ocorreu no Brasil, quase uma década depois (1935), mas neste caso o concurso foi descartado em nome da inovação, das soluções vanguardistas. Trata-se do concurso para o Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro. O projeto vencedor de Archimedes Memoria, de linhas mais conservadoras, foi descartado e o concurso foi anulado. Em seu lugar, surgiu o projeto que se tornaria um dos marcos fundadores da Arquitetura Moderna Brasileira, resultado da contribuição coletiva de nomes emergentes na arquitetura carioca e nacional, alguns dos quais responsáveis pela difusão da Arquitetura Brasileira no cenário internacional naquele período e que gozavam de prestígio junto ao então ministro Gustavo Capanema, no Governo Vargas: Lúcio Costa, Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira, tendo como consultor Le Corbusier (SEGRE, 2013). Mais uma vez o concurso, enquanto instrumento, entraria em conflito com a ideia de inovação e publicidade do Movimento Moderno.

Vale salientar que, no mesmo ano em que o concurso do MES havia sido realizado e descartado, uma lei havia sido aprovada: a Lei 125, de dezembro de 1935, segundo a qual “Nenhum edifício público de grandes proporções será construído sem prévio concurso para escolha do projeto respectivo”. O concurso do MES e o seu desdobramento confrontavam os princípios daquela Lei, que apesar de



nunca revogada, não seria posta em prática como regra geral na Administração Pública brasileira, até os dias atuais. A encomenda direta seria o principal instrumento de contratação pelo Estado e os concursos seriam eventos de exceção. Um exemplo que vai reforçar esse fato e que trará consequências importantes na década seguinte ocorre no início dos anos 1940, quando o complexo da Pampulha foi encomendado ao arquiteto Oscar Niemeyer diretamente, sem concursos, pelo então prefeito Juscelino Kubitscheck (MACEDO, 2008).

Três anos depois da realização do concurso para o MES, um novo concurso mobilizou os arquitetos brasileiros. Em 1938 foi lançado o concurso para o Pavilhão do Brasil para a Exposição Mundial de Nova Iorque (COMAS, 2010). Desta vez, o concurso enquanto instrumento de seleção parece ter cumprido sua função de inovação e propaganda da Arquitetura Moderna, mas teve um desfecho curioso: o autor do projeto vencedor, Lucio Costa, convidou o autor do segundo colocado, Oscar Niemeyer, para trabalharem juntos em um novo projeto, diferente da proposta vencedora.

Outro antecedente importante no campo das controvérsias é o insucesso de tentativas de concurso para o Paço Municipal de São Paulo, problema que há anos vinha sendo discutido pela cidade e por seus arquitetos (LIRA, 2005). Depois de tentativa fracassada de um concurso de 1939, a possibilidade de um novo concurso começou a ser discutida em 1951 e inclusive a ideia de uma concorrência internacional foi levantada. Em 1952 foi lançado um novo concurso nacional para o Paço Municipal de São Paulo, mas o Júri (como em 1939), concluiu que “não haveria prêmios a conferir e anteprojetos a classificar”. Diante da situação foi constituída a “Comissão Orientadora do novo projeto do Paço Municipal”, da qual participaram os arquitetos Oscar Niemeyer e Eduardo Corona, entre outros. A revisão do regulamento de concursos do IAB, realizada em 1952, sob coordenação de Rino Levi e Roberto Cerqueira César, foi um reflexo das controvérsias deste concurso (DEDECCA, 2012).

Esses episódios, em especial marcados por controvérsias de julgamento, influenciarão a postura dos arquitetos e os gestores públicos ao longo da segunda metade da década de 1950, em relação aos concursos e sua conveniência.

2 PARALELOS ENTRE A ACRÓPOLE E A MÓDULO

Apesar de terem em comum o importante papel de difusão da Arquitetura Moderna Brasileira no período em referência, as revistas Módulo e Acrópole têm diferenças fundamentais, que vão além das já amplamente estudadas e publicadas particularidades das escolas “carioca” e “paulista” (DEDECCA, 2009).

A Módulo se apresenta, desde o início, como Revista de Arquitetura e Artes Plásticas, definindo seu caráter multidisciplinar, de encontro de diversas manifestações artísticas e culturais em torno da Arquitetura. A composição de seu conselho editorial e da direção indicam o viés humanista, artístico e cultural que irá marcar a revista: Oscar Niemeyer, Joaquim Cardozo, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Rubem Braga, Zenon Lotufo, Carlos Leão, Hélio Uchôa, José de Souza Reis, entre outros. Apesar de eventualmente associada ao “grupo carioca” do Movimento Moderno, a Módulo apresenta desde o início um caráter nacional, bem mais abrangente, que busca evidenciar a diversidade cultural do país, em especial devido às contribuições de Joaquim Cardozo. Outra característica é o interesse em tornar a publicação acessível à crítica internacional, como se observa pelas edições com tradução de parte dos textos em inglês, francês, italiano, alemão e espanhol.



Nesse período a revista teve periodicidade irregular, que variou entre trimestral, quadrimestral e semestral.

A Acrópole, nesse período (1955-1965), de periodicidade mensal, apresentava perfil mais técnico e também com enfoque em temas de “interesse da profissão”, com foco em São Paulo, que já se configurava como principal centro econômico do país. A presença dos temas relacionados à profissão é evidenciada pelo Boletim do IAB (publicado até 1959) e o perfil mais técnico e menos artístico, reforçado pelas publicações e boletins relacionados à Engenharia e à construção civil. Na edição de março de 1955, o Conselho Editorial era composto principalmente por arquitetos e engenheiros, como Alfredo Ernesto Becker, Eduardo Kneese de Mello, Henrique Mindlin e a editoria de Manfredo Grunwald.

O tema “concursos” será abordado de forma e intensidade bem distintas nas duas revistas. Enquanto na Módulo o assunto é abordado apenas eventualmente, e com mais frequência quando se referia ao “concurso para a Nova Capital”, na revista Acrópole o tema será recorrente, em especial devido à presença do Boletim do IAB-SP, porém com enfoque em projetos paulistas. O período de recorte analítico proposto neste artigo é justificado pela sobreposição de publicações das duas revistas e os marcos históricos relevantes. A Módulo foi fundada em 1955 e interrompida em 1965, em consequência do Golpe Militar de 1964 (FICHER e MACEDO, 2014). A Acrópole sofrerá mudanças importantes na segunda metade da década de 1950, quando fica mais evidente a opção editorial pelo Movimento Moderno (MIRANDA, 1998).

1.1 1955 a 1960 – Arquitetura, Estado e Desenvolvimento Econômico

Em 24 de agosto de 1954 Getúlio Vargas, comete suicídio e em outubro de 1955 Juscelino Kubitschek é eleito presidente do Brasil e apresenta seu Plano Nacional de Desenvolvimento (“50 anos em 5”), assim como o plano de transferência da Capital para o centro do país. Entre 1955 e 1960 fatos importantes marcam a história mundial e do Brasil: Martin Luther King lidera protestos no Alabama (1955); a Revolução Cubana destitui o ditador Fulgêncio Batista (1959); Brasília é inaugurada (1960).

A revista Módulo foi fundada em 1955, mesmo ano em que Juscelino Kubitscheck assumiu o cargo de Presidente da República. Ao longo daquele ano, as principais citações sobre o tema “concursos” na revista se referem ao Regulamento de Concursos do IAB, aprovado em 1952 e poucas notas sobre resultados e premiações. Enquanto isso, na Acrópole, foram publicados projetos vencedores em alguns certames.

Em fevereiro de 1956, na edição 209 da Acrópole, é publicada nota do IAB sobre a “luta para realização de um concurso para a Nova Capital”. A primeira edição da Módulo de 1956 (número 4, Março) é marcada pela entrevista exclusiva do Presidente Juscelino Kubitschek, em que é citada a necessidade de planejamento para a futura Capital, porém sem referências expressas ao concurso. Também nessa edição é publicado o projeto vencedor para a Sede do Senado no Rio de Janeiro. Curiosamente, publica-se a sede de uma instituição para uma Capital que em breve deixaria de ser. Na Acrópole, em março (n.210), em artigo intitulado “O IAB e a Nova Capital”, o Instituto revela “o desejo de participação dos arquitetos brasileiros em tão magno problema” e referia-se a ofícios dirigidos ao Presidente da República, em que destacavam “a necessidade de chamar esses profissionais a participar dos trabalhos de planejamento, indicando-se desde então o interesse na



promoção de concursos públicos, dando oportunidade à seleção de valores". O documento registra a criação de comissão, composta por Reidy, Saldanha, Modesto, Niemeyer e Oliveira Neto, cujos trabalhos - após discussões no IAB-SP – resultaram em recomendações ao Presidente da República, dentre as quais se destaca a necessidade de realização de concurso público para a Nova Capital. No mês seguinte, em abril de 1956 é publicada nota no Boletim do IAB na Revista Acrópole (n.211), de que o Presidente da República havia entregue o encargo de organizar o concurso da Nova Capital ao IAB-SP. Em agosto de 1956 é publicado na Acrópole o edital para o concurso da Nova Capital (n.215).

Em Dezembro de 1956, seis meses depois de anunciado o concurso e com o certame em andamento, a Módulo (n.006) publica entrevista com Oscar Niemeyer e os seus primeiros projetos para a Nova Capital (SILVA, 2014) . A seguir, trechos da entrevista:

"Os prédios cuja construção está sendo iniciada na nova capital federal - declara Oscar Niemeyer - localizam-se nos limites da área a ser destinada propriamente à futura sede do Governo Federal. (...) Este simples fato mostra a preocupação da Companhia Urbanizadora em não criar limitações àqueles que estão concorrendo ao concurso para o Plano Diretor da nova capital. (...) Para a elaboração dos projetos e supervisão dos trabalhos de arquitetura (...) a Companhia Urbanizadora criou um departamento técnico, para a chefia do qual fui convidado pelo presidente da própria companhia, deputado Israel Pinheiro.”.

As declarações de Oscar Niemeyer eram certamente uma reação às críticas relacionadas à sua contratação direta para a concepção e desenvolvimento dos projetos dos prédios públicos de Brasília, sem concurso. Parte dessa crítica foi publicada principalmente na revista Habitat, nos textos do jornalista e editor Geraldo Ferraz (LIRA, 2005; DEDECCA, 2012). Percebia-se que estava descartada a possibilidade de concursos para a seleção dos projetos de arquitetura das edificações da Nova Capital. Seja qual fosse o projeto urbanístico vencedor do concurso que se encontrava em andamento, as obras de arquitetura seriam de autoria de Oscar Niemeyer e equipe de colaboradores sob sua supervisão.

A opção do Estado, neste caso, foi a criação de uma estrutura pública com tal finalidade, coordenada pelo arquiteto de confiança do Presidente da República. Em fevereiro de 1957, na revista Módulo (n.007), é publicado o texto “O Brasil constrói uma Nova Capital”, de J.O. de Meira Penna, no qual - um mês antes da divulgação do resultado do concurso de Brasília - anuncia:

"Mais de sessenta arquitetos e urbanistas brasileiros, inclusive veteranos como Lúcio Costa, inscreveram-se no Concurso para o Plano Piloto da nova capital. (...) O concurso visa fundamentalmente a escolha de um profissional; é antes uma competição de talentos".

É no mínimo curiosa essa citação em um texto publicado antes do resultado do concurso, que ficará conhecido - conforme atestam importantes publicações sobre o tema (BRAGA, 2010; TAVARES, 2014) - pela polêmica em torno da forma de participação de Lucio Costa no certame e da escolha de seu projeto. É notória, e já faz parte da historiografia a maneira despretensiosa como Lucio Costa apresenta seu “Relatório do Plano Piloto de Brasília”, desculpando-se pela simplicidade dos documentos que ora apresentava. Ao afirmar que o “concurso visa fundamentalmente a escolha de um profissional; é antes uma competição de talentos”, o autor do texto sugere o contrário do que o concurso propõe enquanto procedimento de seleção de projetos: a escolha de uma ideia, independente do autor. Percebemos tal sugestão do texto quase como que um anúncio não oficial e uma justificativa prévia à escolha de Lucio Costa e seu projeto sumário, quando comparado à



complexidade e detalhamento das propostas dos demais competidores.

Em sua edição de março de 1957 a revista Acrópole publica a Ata da Comissão Julgadora, com o resultado do concurso para a nova capital, sob o título “Lúcio Costa vence o concurso de Brasília”. A Módulo dedica edição especial a Brasília (n.008), com texto em português e alemão, além de separata em francês e inglês. Ao longo de 1957, apesar da repercussão e das polêmicas em torno do processo e do resultado, não haverá novas citações ou publicações sobre o concurso de Brasília na revista Acrópole.

Na edição de julho de 1958 da Acrópole (n.237) é publicado texto de Jorge Wilheim, intitulado “O concurso (e escândalo) de Santo André”, em que questiona os procedimentos e coloca em questão a qualidade dos projetos do concurso, apesar de ressaltar algumas qualidades do primeiro colocado (de autoria de Pedro Paulo de Melo Saraiva e Júlio Neves). Segundo Wilheim, uma das razões para o suposto insucesso do certame - anulado pelo Prefeito - teria sido a ausência do IAB na organização do concurso: “houve participação limitada e resultados forçosamente menos brilhantes se compararmos este concurso a outros realizados ultimamente”.

É importante destacar, ainda na edição de julho, a publicação do texto intitulado “Depoimento”, de Oscar Niemeyer, e de sua apreciação por Vilanova Artigas, no texto “Revisão Crítica de Niemeyer”, do qual extraímos o seguinte trecho:

“O depoimento de Niemeyer é uma síntese feliz do que se continha no espírito de todos os arquitetos sérios do Brasil e marca também o ponto de partida para uma nova fase do desenvolvimento da arquitetura nacional que, dessa forma, mostra o seu rico conteúdo, capaz de novas e mais elevadas manifestações formais.”

Se havia tensões entre as “escolas” paulista e carioca ou eventuais rusgas decorrentes do concurso de Brasília, o texto de Artigas não as revela. Pelo contrário percebe-se a reverência e o respeito do arquiteto do brutalismo ao mestre das formas livres.

No mês seguinte (edição de Agosto, n.238) é publicado na revista Acrópole o texto de Edgar Graeff sobre controvérsia relativa ao lançamento do edital para o Concurso do Palácio Legislativo de Porto Alegre, intitulado “Palácio Legislativo, Monumento do Povo”. Apesar da subjetividade e abordagem indireta do texto, sem referência direta ao concurso, depreende-se que se trata de discussão relativa ao exercício da profissão e à defesa de que o projeto de edifícios de tal natureza fosse de atribuição exclusiva de arquitetos. Na edição de novembro (n.241) é publicada nota sobre o resultado desse concurso, do qual participaram 36 equipes e cujos trabalhos foram avaliados por um “Júri Administrativo” (composto por deputados, funcionários do Legislativo e por engenheiros e arquitetos locais) e posteriormente pelo “Júri de Julgamento”, composto pelos arquitetos Acácio Gil Borsoi (Recife); Alcides da Rocha Miranda (Rio de Janeiro); Manoel José Carvalho Meira (Rio Grande do Sul); Rino Levi (São Paulo) e Sylvio de Vasconcellos (Minas Gerais). O primeiro lugar foi atribuído ao projeto de autoria do arquiteto Gregório Zolko, com a colaboração de Wolfgang Schoedon.

Em dezembro de 1959 a Acrópole (n.242) publica “Novas Recomendações às Normas de Concursos de Arquitetura”, em decorrência de questionamentos sobre o concurso de Porto Alegre. No entendimento do Conselho Superior do IAB teria havido falhas no processo, que deveria ser revisto em concursos futuros. Foram evidenciados problemas relativos à entrega dos trabalhos, que



dificultava a participação de arquitetos de outros Estados e, em especial, sobre o processo de julgamento. O Conselho questionou o “julgamento administrativo”, que teria analisado indevidamente o mérito arquitetônico dos trabalhos, que caberia ao Júri do Concurso. A eliminação de trabalhos na fase de julgamento administrativo, na interpretação do Conselho, prejudicou o trabalho do “verdadeiro Júri do Concurso”, que ficou com suas funções delimitadas aos projetos indicados pela Comissão Administrativa.

Se na revista Acrópole o ano de 1958 foi palco de controvérsias relacionadas ao tema “concursos”, em especial no que se refere ao processo de julgamento e à descontinuidade decorrente da anulação de alguns certames, na Revista Módulo as três edições do ano estão centradas (no que se refere à Arquitetura) nas obras de Brasília, que estava em pleno processo de construção. O mesmo texto de Niemeyer, intitulado “Depoimento”, é publicado na edição número 09 da Módulo, do qual reproduzimos o trecho a seguir, em que o arquiteto justifica a sua escolha, como “natural”, para os projetos dos edifícios públicos de Brasília:

“... E agora prossigo, nos prédios de Brasília, aos quais dedico toda atenção, não só por se tratar de obra de grande importância como, também, pelas ocorrências anteriores ao seu desenvolvimento, quando me recusei a aceitar a elaboração do Plano Piloto, pois, juntamente com o Instituto de Arquitetos do Brasil, trabalhava no sentido da organização do concurso público, reservando-me apenas a tarefa de projetar os edifícios governamentais. Incumbência que nada mais era senão a continuação natural dos trabalhos que, desde 1940, vinha realizando, ininterruptamente, para o prefeito, o governador e, finalmente, o presidente Juscelino Kubitschek.”

Em 1959 o concurso para a Assembleia Legislativa de Porto Alegre é novamente citado no Boletim do IAB, na edição de (n. 245), desta vez questionando o fato de que até aquele momento o projeto vencedor não havia sido contratado, nem os prêmios tinham sido pagos. A nota se encerra com o questionamento: “Será que teremos que engavetar mais um concurso?”, revelando as apreensões recorrentes em concursos recentes. A partir da edição n.247 (maio de 1959) o Boletim do IAB deixou de ser publicado na revista Acrópole e foi substituído pela sessão “Noticiário”.

Brasília foi inaugurada oficialmente no dia 21 de abril de 1960. A edição dupla de fevereiro (n.256/257) desse ano da revista Acrópole é bilíngue (português e inglês) e dedicada à Capital. Eduardo Kneese de Mello assina o artigo “Porque Brasília” e Jorge Wilheim publica o texto “Brasília 1960, uma interpretação”. Em ambos os textos o tema concurso é abordado. Knesse de Mello enaltece: “Para a escolha da Nova Capital adotou-se a mais acertada das soluções, o concurso público.” Ainda é citada pelo autor a importância de Oscar Niemeyer como difusor da arquitetura moderna brasileira no exterior. Wilheim aponta um “forçosa negligência dos fatores sociais e econômicos que dão vida à cidade” na maioria dos projetos concorrentes, fruto de uma “escassez de fundamentações” e destaca que o caráter de marco para a história do planejamento no Brasil “poderia ter sido melhor aproveitado se o julgamento tivesse ido além da escolha mais apropriada, objetivando uma análise profunda das contribuições de muitos profissionais brasileiros concorrentes”. O projeto de Lúcio Costa é publicado nessa edição, assim como diversos projetos de Brasília.

A revista Módulo, a fim de ampliar seu objetivo de promoção da arquitetura de Brasília e de Oscar Niemeyer, passa a traduzir os textos para espanhol, inglês e francês. Além do tema Brasília,



percebermos a maior presença do tema concursos na Revista Módulo desse ano, se compararmos aos anos anteriores. A edição n.018 traz novo texto de Oscar Niemeyer, intitulado "Minha Experiência em Brasília", em que mais uma vez procura justificar a sua escolha, como arquiteto dos edifícios da Nova Capital.

1961 a 1965 – Arquitetura e Estado - Democracia em Crise

Entre 1961 e 1965 o Brasil viveu momentos de turbulência política que marcariam as décadas seguintes. Em janeiro de 1961 Jânio Quadros assume a Presidência da República e em agosto renuncia. Em seu lugar, assume João Goulart, que foi deposto no Golpe Militar de 1964. Enquanto isso, em 1961 Cuba vence a batalha da Playa de Giron, contra tropas anti-castristas apoiadas pelos Estados Unidos; em 1963 o presidente dos Estados Unidos J.F. Kennedy é assassinado; em 1964 Nelson Mandella é sentenciado à prisão perpétua e em 1965 o líder negro Malcom X também é assassinado.

No que se refere aos concursos de arquitetura no Brasil, trata-se de um período de controvérsias, como foi o caso, em 1962, do concurso para a Sede da Assembleia de Minas Gerais. O certame foi anunciado em fevereiro (n.279) e em junho (n.283) a edição foi em grande parte dedicada ao evento. Na seção "Atualidades" é publicado o texto intitulado "Assembleia Legislativa de Minas Gerais: cancelados os prêmios do concurso". A Comissão Julgadora havia decidido não conferir prêmios e justificou:

"A complexidade do programa e a grandiosidade do tema não encontram correspondência adequada no terreno delimitado para a obra. Em consequência, os estudos apresentados, embora alguns deles elogáveis, sob muitos aspectos, não alcançaram, todavia, nível que recomendasse sua transformação em obra construída."

O Júri conferiu a seis trabalhos o status de "selecionados", mas não atribuiu prêmios e recomendou a abertura de inscrições para novo concurso, sugerindo que fosse estudada a possibilidade de nova delimitação do terreno destinado ao edifício programado. Nessa mesma edição é publicado o artigo "Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto", escrito pelo arquiteto Eduardo Corona. Apesar do que o título sugere, não se trata de uma carta aberta de defesa incondicional do instrumento, mas de uma reflexão sobre a conveniência do procedimento e suas limitações. O texto inicia destacando a quantidade de concursos de arquitetura realizados no Brasil no período e a "significação importante na atividade diária do arquiteto e na valorização da realização arquitetônica". O autor reconhece que o concurso permitiu que obras importantes tivessem sido materializadas, por terem permitido "a escolha de um bom projeto executado por um bom arquiteto". Corona ressalta que tal qualidade é obtida quando se trata de "júris credenciados, com arquitetos na sua maioria de membros". Por outro lado, o autor questiona a utilização indiscriminada do concurso pelos "especuladores imobiliários", em concursos "altamente condenáveis do ponto de vista ético" e ainda destaca ainda que os concursos nem sempre são recomendáveis:

"Não é toda e qualquer realização arquitetônica que deve requerer um concurso. O concurso deve ser levado a efeito na medida que ofereça aos arquitetos e à sociedade um problema novo, uma solução diferente para o tema social e arquitetônico ao mesmo tempo ou uma obra de grande interesse público. Nos demais, é necessário que o cliente, o particular ou o governo, tenha confiança no desempenho profissional do arquiteto, lhe dê diretamente o trabalho, da mesma forma que nós outros agimos em relação aos demais profissionais



liberais."

Seguindo na argumentação, Corona ressalta que tal situação já se observava em São Paulo e no Rio, quando instituições abriam mão do concurso e optavam pela contratação direta de profissionais de sua confiança. Segundo o autor, tal posição era "defendida pelos arquitetos e pelo IAB, com intransigência". Observa-se, portanto, uma inversão completa de valores. O concurso, apresentado até então como instrumento por excelência para a garantia da qualidade na arquitetura, era colocado em dúvida. O insucesso de eventos recentes contribuía para tal "crise" de confiança nos concursos. O texto de Corona se encerra com recomendações que são apresentadas para futuros concursos, dentre as quais destacamos: (1) Necessidade de um arquiteto assessor, que não fará parte do júri; (2) Comissão Julgadora com sua totalidade de arquitetos, não sendo permitidos outros pareceres, sejam prévios ou não ("o julgamento é uno e indivisível"); (3) os concursos de maior importância poderão ou deverão ser feitos em duas etapas (com direito a defesa na segunda) - recomendação que entra em conflito com o princípio do anonimato. Na sequência do artigo, são publicados na revista apenas os projetos paulistas indicados como "selecionados" pela Comissão Julgadora.

Ao contrário do ano anterior, em 1963 não são levantadas na revista Acrópole controvérsias sobre a prática dos concursos; não há resultados questionados ou certames anulados. Mas haverá a segunda versão do concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, depois do insucesso do primeiro evento. O projeto vencedor do segundo certame, cuja construção foi concluída em 1972, é de autoria dos arquitetos Richard Kohn e Pawel Liberman. Observa-se, nesse período, a presença de concursos da iniciativa privada e a escassez de encomendas públicas por meio de concurso.

Na madrugada de 31 de março de 1964 foi deflagrado o golpe militar no Brasil. Os efeitos serão observados em todos os setores da sociedade, inclusive na Arquitetura. A proximidade entre os movimentos de vanguarda na Arquitetura e nas Artes e o Estado, observada a partir dos anos 1930, foi substituída por processos de perseguição e exílio. A primeira edição da Módulo naquele ano ocorrerá em Agosto (n. 037). Não há referências ao tema concursos na revista ao longo de todo o ano. O encantamento com Brasília e suas obras dá lugar a uma reflexão mais profunda sobre o quadro geral da crise institucional do país e o papel do arquiteto nesse contexto. É o que se observa no texto intitulado "Arquitetura e desenvolvimento", de Maurício Vinhas Queiroz:

"a moderna arquitetura brasileira, em Brasília, em Copacabana e por toda parte, é tanto a expressão do gênio ou da capacidade de arquitetos famosos e desconhecidos, como também o reflexo, em concreto armado, do gosto e dos interesses muitas vezes díspares de uma classe social determinada: aquela que encomenda e paga." (...)

"Bem verdade que a sociedade brasileira encontra-se atualmente em face de uma alternativa. O maior problema não está, entretanto, em saber se o desenvolvimento se processará através de um caminho capitalista "liberal" ou sob a forma de um capitalismo de Estado mais dinâmico e atuante. Existem, como é óbvio, outras soluções e possibilidades. O verdadeiro dilema é saber se as mudanças estruturais que representam a ruptura com a tradição arcaica hão de verificar-se de maneira pacífica ou violenta, por meio de reforma ou da revolução."

Na revista Acrópole, por outro lado, não foram identificadas, ao longo de 1964, manifestações diretamente relacionadas ao momento político do país. No que se refere ao tema concursos, é



publicado na edição de junho o texto "A propósito de concursos de arquitetura", de Eduardo Corona, em que propõe, mais uma vez, revisões nas "Normas de Concursos" do IAB. O autor ressalta os valores do concurso, porém alerta para os problemas e "aborrecimentos", em especial relacionados ao processo de organização e ao julgamento. No texto o autor retoma recomendações de seu texto anterior e destaca a importância do "arquiteto consultor", que teria como função "interpretar o desejo do cliente, do promotor do concurso, e pô-lo em termos de concurso". Outro tema abordado é a falta de garantias de execução do trabalho pelo arquiteto vencedor, tema que surpreendentemente é recorrente nos dias atuais. Como exemplo, Corona cita o concurso do Clube da Orla, no Guarujá, em que o arquiteto vencedor não foi contratado, criticando inclusive a falta de ética profissional dos arquitetos que aceitaram a encomenda direta, sobrepondo-se aos autores do projeto vencedor. Ao final do texto, o autor lança reflexões que estariam sendo debatidas no ambiente da UIA, sobre a necessidade de existir três tipos de concursos: "para escolher soluções", "para escolher ideias" ou "para escolher o arquiteto capaz de enfrentar o tema de forma definitiva". Percebe-se aqui, mais uma vez, o conflito com o princípio básico do concurso, que deveria fechar os olhos para o autor e voltar a atenção para o projeto. Corona reconhece o quanto delicado é o assunto e se limita a expor o problema, sem definir sua opinião a respeito. Como resultado das proposições, em agosto de 1964 é publicado na Acrópole (n.309) o novo "Regulamento para Concursos de Arquitetura" do IAB, que não dava ênfase ao julgamento qualitativo e deixava espaço para interpretações de que o foco seria o profissional e não o projeto: "o concurso é um dos melhores processos para se obter uma solução de um problema arquitetônico através da seleção do arquiteto".

Em 1965 Oscar Niemeyer deixou o Brasil e retornou apenas em 1980, mas nesse período de afastamento continuou desenvolvendo projetos no país, inclusive para os militares que estavam no poder. Em 1965 foi publicada apenas uma edição da revista Módulo, que em seguida interrompe suas atividades por um período de 10 anos. As publicações serão retomadas apenas em 1975 (FICHER e MACEDO, 2014). Outros arquitetos sofrem perseguição política por suas posturas críticas contra o regime e são destituídos de suas funções públicas, como Pedro Paulo de Melo Saraiva, Paulo Mendes da Rocha, e Vilanova Artigas, que foi exilado – entre outros.

3 CONCURSO: UM INSTRUMENTO DE CONVENIÊNCIA

A análise crítica dos eventos no período nos permite concluir que, no caso do Brasil, considerando que a inovação e a vanguarda já haviam sido "acolhidas" pelo Estado nos anos 1930, a almejada qualidade da Arquitetura – na visão dos gestores públicos e de parte da profissão - poderia ser garantida por meio da contratação direta dos arquitetos, já reconhecidos – nacional e internacionalmente - pelas transformações em curso na Arquitetura Brasileira, e não necessariamente pela abertura de debates públicos e eventualmente controversos, como frequentemente eram vistos os concursos, seja pelas falhas de organização ou pelos conflitos de interesse e de julgamento. Abria-se mão, portanto, da democracia e da transparência que se espera dos concursos, por princípio, em nome da suposta segurança e agilidade da contratação direta, inclusive em detrimento da lei 125 de 1935, que já nasceu morta.

Em nosso entendimento, a Módulo surgiu em resposta a uma grande encomenda, a nosso ver já estabelecida, porém não oficializada, entre o Presidente da República e Oscar Niemeyer: a construção da Nova Capital. O lançamento da revista Módulo (1955) teria resultado da necessidade



percebida pelo arquiteto Oscar Niemeyer e seus colaboradores de firmar seu discurso arquitetônico e preparar o meio profissional e a opinião pública para uma encomenda que já estava certa, apesar de ainda não oficialmente anunciada. Era necessário justificar seu “notório saber”, desmontar as críticas (ZEIN, 2012) e se cercar de argumentos e de colaboradores (nas mais diversas disciplinas) que não deixassem dúvida sobre sua “natural” e iminente indicação como arquiteto da Nova Capital. Classificariamo a revista Módulo (pelo menos em sua primeira fase, entre 1955 e 1965), como a “Revista de Arquitetura Oficial do Estado”, criada e coordenada pelo arquiteto de confiança do Presidente da República. Do outro lado, classificariamo a Acrópole como a “Revista de Arquitetura Oficial da Profissão”, uma espécie de braço editorial do IAB do Estado de São Paulo, principal centro econômico do país.

Os concursos, nesse contexto, não foram o instrumento unânime e fundamental para a difusão da Arquitetura Moderna Brasileira, mas um procedimento complementar, ora defendido, ora questionado, conforme a conveniência dos gestores e da profissão. Também arriscamos conjecturar que o insucesso do concurso como instrumento de contratação pública, observado nos dias atuais é, em parte, resultado das controvérsias identificadas nos primeiros anos da regulamentação do instrumento, e - ao mesmo tempo - do relativo sucesso das obras decorrentes de contratações diretas de projetos, sejam aqueles concebidos por Oscar Niemeyer ou por outros importantes nomes da Arquitetura Brasileira no período.

REFERÊNCIAS

BRAGA, M. **O concurso de Brasília: Sete projetos para uma capital.** Cosac Naify, São Paulo; 1ª edição, 2010. 288p

COMAS, C. **Feira Mundial de Nova York de 1939: O Pavilhão Brasileiro.** Arqtexto 16, Porto Alegre, UFRGS, 2010.

CHUPIN, J. ; CUCUZZELLA, C.; HELAL, B. (Editores). **Architecture Competitions and the production of culture, quality and knowledge.** Potential Books, Montreal, 2015.

DEDECCA, P.G. Aproximações, diferenciações e embates entre a produção do Rio de Janeiro e de São Paulo nas revistas de arquitetura (1945-1960). In: 8º seminário docomomo brasil, 1996, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%20pdfs/036.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

DEDECCA, P.G. **Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965).** São Paulo, FAU/USP, 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pós graduação história e fundamentos da arquitetura e do urbanismo.

QUINCY, Q. **Concours.** Encyclopédie Méthodique – Architecture, 1801.

FICHER E MACEDO. **Oscar Niemeyer, arquitetura narrada: Módulo, 1ª série, 1955-65.** In: Leituras em Teoria da Arquitetura. Bronstein et al. Org. Rio Books, Rio de Janeiro, 2014.

FLYNN, Maria Helena. **Concursos de arquitetura no Brasil 1850-2000.** Sua contribuição para o desenvolvimento da arquitetura. São Paulo, FAU/USP, 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).



Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pós graduação estruturas ambientais urbanas.

LIRA, J. **Crítica Modernista e Urbanismo: Geraldo Ferraz em São Paulo, da Semana a Brasília.** Anais. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, ANPUR. Salvador, 2005.

MACEDO, D. **As obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais 1939-1955.** Edições Câmara, Brasília, 2008.

MIRANDA, C. **A crítica nas revistas de arquitetura dos anos 50.** Anais. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1998.

SEGRE, R. **Ministério da Educação e Saúde.** Romano Guerra Editora, São Paulo, 2013. 544p

SILVA, E. **Os palácios originais de Brasília.** Editora Câmara, Brasília, 2014.

SOBREIRA. **Competitions. Public Strategies for architectural quality.** Conditions Magazine, v. 01, p. 136-143, 2010.

SOBREIRA. **Le concours comme mesure de la démocratie.** d'architectures, v. 1, p. 66, 2013.

SOBREIRA. **Concursos de projeto: instrumentos para a qualidade e a sustentabilidade da arquitetura e dos espaços públicos.** In: Qualidade e Sustentabilidade do Ambiente Construído. Edições Câmara, Brasília, 2014.

TAVARES, J. **Projetos para Brasília: 1927-1957.** Iphan, Brasília, DF; 1ª edição, 2014. 506p

ZEIN, R. **Oscar Niemeyer. Da crítica alheia à teoria própria.** Revista Arquitextos. N.151.04, ano 13, 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.151/4608>>

Nota:

Para a elaboração deste artigo foram catalogadas e analisadas as seguintes edições das revistas Acrópole e Módulo, referenciadas ao longo do texto:

Revista Acrópole: números 197 (fevereiro de 1955) a 324 (dezembro de 1965)
Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/>

Revista Módulo: números 001 (março de 1955) a 039 (março/abril de 1965)
Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>